

ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DOCENTE:

Uma Análise Crítica *

Oder José dos SANTOS**

Neste estudo, pretende-se abordar a questão da organização do processo de trabalho docente de forma concreta, isto, no interior do modo de produção capitalista.

Assim, a escola será vista como uma das instituições encarregadas da produção de trabalhadores que devem apresentar um determinado tipo de produção e treinamento. Para tanto, a escola terá de se organizar de uma certa forma, e esse tipo de organização determina o uso da força de trabalho do docente.

Pretende-se, ainda, ver a organização do processo de trabalho, os diferentes procedimentos didáticos, em suma, a tecnologia em sentido lato, como materialização de relações sociais. A partir daí, procura-se levantar algumas conseqüências práticas e teóricas desse tipo de abordagem.

* O presente artigo resulta de trabalho apresentado inicialmente no V Encontro de Didática e Prática de Ensino, em outubro de 1989, para servir de subsídio aos grupos de trabalho voltados para esse tema.

** Professor do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da UFMG.

Pretendemos abordar, neste estudo, a questão da organização do processo de trabalho docente no seu devido lugar social e histórico, isto é, na forma determinada pelo modo de produção capitalista. Ou seja, não trataremos de uma forma de organização em "si" ou em sentido "abstrato", mas de uma forma concreta, tendo em vista que:

"... para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis". (MARX, 1983)

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Econômica – Educação e Trabalho – Organização do Trabalho Docente.

De acordo com esse ponto de vista, a escola, no capitalismo, torna-se uma instituição para a produção de trabalhadores com determinado tipo de formação e treinamento. Para a consecução deste objetivo - produzir trabalhadores - a escola terá não só de recrutar certos trabalhadores assalariados com determinado tipo de qualificação profissional, como organizar-se de uma determinada forma, tendo em vista aquele objetivo. É evidente que a escola não possui unicamente esse objetivo; ela contribui, ainda, para a produção de capitalistas, e, em especial, para a formação dos gestores tecnológicos. No entanto, nossa análise, no presente trabalho, cingir-se-á à produção de trabalhadores através da ação de outros trabalhadores no interior de uma determinada organização do processo de trabalho.* Isto é, a formação da classe trabalhadora ou o trabalhador em formação é produzido por força de trabalho. E essa força de trabalho que os trabalhadores do ensino vendem em troca de um salário é usada de uma determinada forma, consoante o tipo de organização do processo de trabalho pedagógico. É a estrutura organizacional - nos seus aspectos de divisão de tarefas, de distribuição hierárquica do poder, de seleção, organização e distribuição de conteúdos, de distribuição de períodos e horários escolares, de processos de exames e avaliação, ou de diferentes procedimentos didático-pedagógicos - que condiciona e determina a prática docente.

Há, portanto, uma cisão entre os trabalhadores do ensino e a organização do processo de trabalho. Uma cisão entre o trabalhador e os meios ou instrumentos de trabalho. Conseqüentemente, os diferentes tipos de inter-relacionamento entre os professores ou entre professores e alunos assumem uma forma específica de submissão dos elementos humanos aos elementos tecnológicos materiais. E é dessa cisão que provêm duas questões. A primeira diz respeito ao lugar teoricamente demarcado pela separação entre os trabalhadores do ensino e os meios de trabalho e a organização do processo de trabalho, cujo lugar deve ser preenchido pelos gestores do processo de ensino, isto é, por aqueles que têm por função produzir os procedimentos técnico-pedagógicos e organizar e controlar o processo de trabalho docente. A segunda, decorrente da primeira, refere-se ao fato de, usualmente, esses procedimentos técnicos - na sua mais ampla acepção - serem

considerados como neutros. A problemática técnica ou organizacional do processo de trabalho pedagógico restringe-se ao exame de sua adequação ou racionalidade, com o intuito de aumentar a eficiência ou a produtividade do sistema. Os procedimentos técnico-pedagógicos, as diferentes metodologias de ensino, as várias técnicas, enfim, a tecnologia em sentido lato (denominação que adotaremos daqui por diante ao nos referirmos a qualquer tipo de procedimento técnico-pedagógico ou organizacional) nada mais são do que respostas "técnicas" a problemas "técnicos". Quando muito, questiona-se o uso da tecnologia - a sua boa ou má aplicação.

No entanto, não basta questionar a utilização capitalista da tecnologia faz-se necessário examinar a sua real "natureza", vê-la como materialização de relações sociais. E, para a compreensão de sua real "natureza", teremos de examinar a lógica subjacente às tecnologias produzidas no interior do modo de produção capitalista. Para tanto, veremos a técnica e a ciência como um "processo", que se dá sob certas condições impostas pelo capitalismo, isto é, inseridas no âmbito da mais-valia e, em decorrência, regidas pela lei do valor.

O primeiro tratamento sistemático sobre a questão da tecnologia deve-se a MARX, especialmente em *O Capital*. No entanto, esse autor, nessa obra, apresenta um tratamento contraditório sobre a questão, contradição que, parece, foi percebida por JOÃO BERNARDO (1977). Essa contradição diz respeito à existência de dois modelos antitéticos de transformação de um modo de produção em outro. O primeiro modelo refere-se à contradição entre explorados e exploradores; nele decorre a visão da determinação da tecnologia pelas relações sociais de produção. O segundo refere-se à contradição entre as relações de produção e as forças produtivas; desse modelo, decorre a não-visão da determinação da tecnologia pelas relações sociais de produção. As diferentes escolas do marxismo geralmente silenciam essa contradição e, quase sempre, adotando uma via conciliatória, procuram um meio de articular os dois modelos, definindo o proletariado como agente social da resolução da contradição expressa no segundo modelo.

Tomando como referência o primeiro modelo, segundo o qual a contradição central no capitalismo é entre explorados e exploradores, veríamos a tecnologia como a expressão básica de um modo de produção e de organização social. É ela que nos

"... revela a atitude ativa do homem para com a natureza, o processo de produção direto de sua vida e com isso também suas condições sociais de vida e as concepções espirituais decorrentes delas". (MARX, 1984. p. 8)

A tecnologia não pode ser vista simplesmente como uma forma material, como um simples "dado", mas, sim, como criação humana em determinadas condições históricas. Ela expressa a forma do trabalho, representa as relações sociais estabelecidas no interior do processo de trabalho. Pois, segundo MARX (1971, p. 182-183),

"... o que distingue as diferentes épocas econômicas não é tanto o que se fabrica, como a maneira de fabricar, os meios de trabalho pelos quais se fabrica. Os meios de trabalho medem o desenvolvimento do trabalhador e expõem as relações sociais em que se trabalha. Porém, os meios mecânicos, a cujo conjunto pode chamar-se o sistema ósseo e muscular da produção, oferecem caracteres muito mais distintos de uma época econômica do que os meios que servem somente para receber e con-

* Para uma análise mais detalhada destes dois tipos de produção consulte João Bernardo (1989)

servar os objetos e produtos do trabalho, e cujo conjunto pode ser chamado sistema vascular da produção, como por exemplo: l vases, cestos, potes e bilhas, etc”.

É a forma das relações sociais em que se trabalha no modo de produção capitalista que determina o tipo de tecnologia a ser empregada: tecnologia capitalista. A inexistência dessa forma de relação social implica a inexistência desse tipo de tecnologia. E a relação central nesse modo de produção é a mais-valia, isto é, o “... tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de incorporar no produto”. JOÃO BERNARDO, 1985. p. 86) É essa relação que impõe o caráter dinâmico do modo de produção, pois, se os trabalhadores lutam pela redução do tempo de trabalho no segundo termo da fórmula da mais-valia, os capitalistas (burgueses e gestores) respondem pela redução do tempo de trabalho no primeiro termo da relação. Dessa forma, a compreensão do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da tecnologia e das formas de organização do processo de trabalho não pode ser desvinculada das relações sociais estabelecidas pelas classes sociais constitutivas do capitalismo, uma vez que, agora,

“...o capital industrial é o único modo de existência do capital em que não só a apropriação de mais-valia, ou, respectivamente, mais-produto, mas, ou mesmo tempo, também sua criação é função do capital. Condiciona, por isso, o caráter capitalista da produção; sua existência implica a contradição entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Na medida em que se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionados e com elas o tipo econômico-histórico da sociedade”. (MARX, 1983. p. 43).

A tecnologia criada nas condições geradas pelo modo de produção capitalista decorre, portanto, deste ponto central: produção-exploração da mais-valia, pois esta última é a “alma, o fim e a obsessão do capitalista”. É através dela que o processo de trabalho nesse modo de produção adquire o seu verdadeiro significado: processo de valorização.

Assim, decorrem daí os parâmetros definidores das condições sobre as quais os conhecimentos técnico-científicos são produzidos, circulam e são incorporados no modo de produção. E, ao contrário, a

“nossa sociedade nega a etiqueta de ciência e de científico aos conhecimentos, capacidades e qualificações que, não integrados nas relações de produção capitalistas, são sem valor e sem utilidade para o capitalismo e, por esta razão, não constituem objeto de um ensino formal no quadro dos sistema institucional de formação”. (GORZ, 1974. p. 1165)

Desse modo, só é reconhecido aquilo que contribui para a valorização do capital. Esse é o verdadeiro estímulo da produção capitalista, esse é o critério definidor do que é bom ou mau, do que pode ou não ser usado. E como o seu objetivo central é a maior extração de mais-valia, aumenta, inexoravelmente, a exploração da força de trabalho. Além disso,

“... em toda a produção capitalista, enquanto criadora não só de coisas úteis mas também de mais-valia, as condições de trabalho dominam o operário em vez de lhe estarem submetidas; mas é a maquinaria a dar pela primeira vez a esta inversão uma realidade técnica. Convertido em autômato, o meio de trabalho ergue-se perante o operário, durante o próprio processo de tra-

balho, sob a forma de capital, de trabalho morto que domina e suga a força viva”. (MARX citado por JOÃO BERNARDO, 1977. p. 179)

Se as relações sociais entre as classes constitutivas do modo de produção capitalista determinam o tipo de tecnologia a ser empregado, é este, por sua vez, que vai determinar o tipo de trabalho a ser seguido no interior do próprio processo de trabalho. As relações que os trabalhadores devem estabelecer entre si passam a ser subordinadas às relações tecnológicas materiais. E, sob um único nome, divisão social do trabalho, cobrem-se duas realidades distintas: a divisão social entre explorados e exploradores e entre executantes e deliberativos, que é a forma social da produção-exploração da mais-valia; e, ainda, a divisão de tarefas entre os trabalhadores, que tem a sua forma determinada pela tecnologia empregada. (JOÃO BERNARDO, 1977. p. 182) Em síntese, diríamos: definindo a técnica, definem-se também as condições de sua utilização.

Quando John Stuart MILL, em seus Princípios da Economia Política, diz que “é de se duvidar que todas as invenções mecânicas até agora feitas aliviarão a labuta diária de algum ser humano”, MARX (1984) prontamente responde:

“Esta não era a sua finalidade. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia”. (p. 7)

Essa resposta de MARX a MILL desmascara a posição que concebe os conhecimentos técnico-científicos como neutros, ou a dos que vêm, em suas aplicações, o reino do progresso e da civilização. De outro lado, a resposta evidencia, ainda, o verdadeiro objetivo e a lógica subjacente aos conhecimentos técnico-científicos: obtenção de lucros. E, para a consecução desse objetivo fulcral, revolucionam-se as técnicas e a organização social do processo de trabalho; definem-se os parâmetros de eficiência, racionalidade e o tipo de disciplina (sempre despótica) a ser adotada. Por sua própria dinâmica, o capitalismo, pela realização do valor em sua segunda determinação (lei do tempo de trabalho mínimo possível de ser incorporado nos produtos), faz com que as diferentes unidades produtivas entrem em concorrência no campo da produção e não no do mercado (JOÃO BERNARDO, 1975. p. 198s). Conseqüentemente, reorganizam-se os processos de trabalho, incentivam-se as inovações tecnológicas e desencadeia-se um mecanismo global de aumento de produtividade, de mais-valia relativa, que logo se torna absoluta, e inaugura-se um novo ciclo. Todavia, independentemente dos tipos de inovações, todas as formas de realização da tecnologia capitalista obedecem a uma tendência básica e fundamental: cisão crescente entre o trabalhador e os meios ou instrumentos de trabalho. Ao avanço tecnológico corresponde um aumento da separação e da oposição entre os que concebem o processo de trabalho e os que o executam. Assim, é perfeitamente possível determinar “quem” produz os conhecimentos técnico-científicos e, ao mesmo tempo, e em decorrência disso, determinar “quem” não produz e por quê. De outro lado, é possível ainda, como faz Benjamin CORIAT (1976), determinar “como” e “para quem” se efetua o trabalho de produção dos conhecimentos técnico-científicos.

Ora, o que se observa é que o conhecimento que se desenvolve com o incremento tecnológico nada tem a ver com os trabalhadores. Cada vez mais os trabalhadores são inelutavelmente excluídos do conhecimento do processo de produção em geral e do processo de produção do conhecimento em particular. Cada vez mais a tecnologia produzida no capitalismo dispensa "o conhecimento, automatiza o pensamento e elimina, no indivíduo, qualquer iniciativa". O conhecimento que se desenvolve integra-se

"... no desenvolvimento da camada dos gestores cuja função é a de conceber e conhecer o processo de produção, nas suas fases. A prova suplementar de que a instrução operária nada tem a ver com seu labor no processo de produção imediato, nem é por ele determinada, temo-la quando verificamos que a evolução das ciências e da sua aplicação tecnológica, a passagem do vapor como fonte de energia para a eletricidade e, agora, para a fissura do átomo, em nada transforma o tipo básico da instrução ministrada aos operários. A única classe social cuja evolução de conhecimento está decorrente da evolução da tecnologia capitalista são os gestores (ou o capitalista particular enquanto gestor)" (JOÃO BERNARDO, 1977. p. 220)

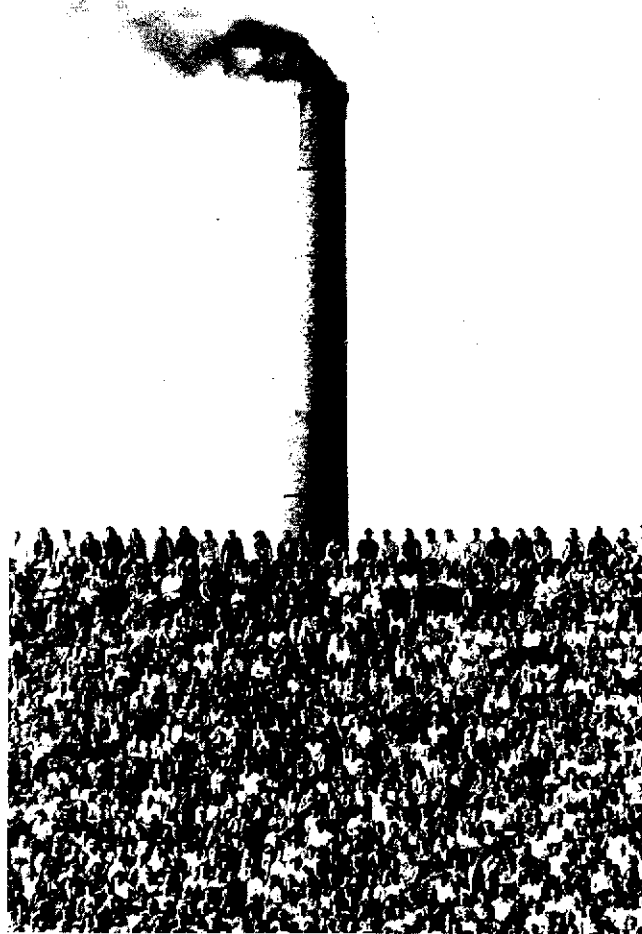
Assim, cada vez mais, cria-se um "setor" específico para a produção de conhecimentos técnico-científicos; esse "setor" tem de ser preenchido por indivíduos altamente especializados e qualificados; os trabalhadores são excluídos de toda participação nos processos de concepção dos procedimentos técnicos, bem como das formas de organização e das condições de exercício de seu próprio trabalho. Essa separação é a base sobre a qual se desenvolve a divisão do trabalho no modo de produção capitalista e, é também, o fundamento da exigência de uma direção despótica para a sua plena realização. Por isso não se deve permitir qualquer tipo de iniciativa por parte dos trabalhadores, pois isso poderia provocar o aparecimento de "elementos aleatórios incompatíveis com a organização da empresa e com as previsões dos engenheiros", como alerta TAYLOR, citado por CORIAT (1976. p. 61). Mas essa separação e oposição entre os trabalhos de concepção e execução tendem a ampliar-se; os tênues elos entre os trabalhadores e o conhecimento científico rompem-se. O que se observa, agora, é que

"...as potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado, porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital". (MARX, 1983. pp. 283-284)

Dessa forma, a organização do processo de trabalho no capitalismo, determinando os diferentes elementos do processo de trabalho, imprimindo neles a sua lógica e a sua finalidade.

de, reproduz, diária e cotidianamente, as condições de sua dominação. A produção-reprodução dos meios de trabalho é uma condição fundamental para reproduzir as relações sociais de produção. A técnica capitalista, pela sua própria natureza, é, ao mesmo tempo e a uma só vez, técnica de produção e de dominação. A técnica não é, neutra, depende, antes de tudo, das relações sociais de produção, que lhe deram origem e são sua razão de ser. E não é outra coisa que os trabalhadores, em suas práticas de lutas, têm evidenciado, quando atacam, de modo direto e frontal, a organização capitalista do trabalho. Lembremo-nos, à guisa de ilustração, da revolução cultural chinesa, do "maio" francês, do outono italiano, da greve em cadeia em Detroit, ou dos trabalhadores portugueses durante a Revolução dos Cravos, ou dos trabalhadores brasileiros no final dos anos sessenta, ou, ainda, dos trabalhadores húngaros, poloneses ou russos, mais recentemente. De forma direta e prática, esses trabalhadores demonstram não haver contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção.

Pedro Martinelli - 1972



Martinelli fotografou para as principais revistas da Abril, unindo técnica e intuição para conseguir um fotojornalismo de qualidade

A tecnologia capitalista é específica desse modo de produção. É impossível tratar de forças produtivas de uma forma geral, pois, elas **"levam impressas em seu seio a marca das relações de produção"**, como afirma MACCIOCHI citado por CORIAT (1976. p. 95), logo após ter analisado a revolução cultural chinesa. A tecnologia capitalista não pode ser desvinculada desse modo de produção, ela é **"como o material genético: é portadora do código da sociedade"** (WATTE citado por QUINTINO, 1987. p. 96) e, em consequência, reproduzirá sempre as relações sociais de produção. A mesma linha de raciocínio segue a análise de CASTORIADIS, quando mostra ter sido a instituição do burgo que condicionou uma nova evolução tecnológica acelerada, e não o contrário. Não é outra também a conclusão que CORIAT oferece: a

"... questão não é - não repetiremos nunca o suficiente - uma melhor ou pior utilização das possibilidades da ciência e da técnica. A questão é compreender que o capital promove um tipo determinado de desenvolvimento e de socialização das forças produtivas nos quais entra como dirigente e chefe. Por isso, o conjunto do sistema das forças produtivas - tanto sua configuração geral como seus aspectos particulares - revestem formas peculiares, capitalistas. Por outro lado, dizer que o capitalismo "freia" o desenvolvimento das forças produtivas não é sustentável, salvo ao preço de uma sólida casuística. O que, pelo contrário, o caracteriza é, antes, um fantástico desenvolvimento destas. A verdadeira e única questão é que, nele, as forças produtivas são forças produtivas de e do capital". (CORIAT, 1976. p. 86)

Somente agora, porém, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista de estado e, em especial, do capitalismo de estado monopolista, é que se criaram as condições para compreendermos o real fundamento dessa problemática, uma vez que, conforme afirma JOÃO BERNARDO, (1977. p. 86),

"...sob a forma de uma contradição forças produtivas/relações de produção é uma contradição com as relações de propriedade que Marx efetivamente exprime, visto que o obstáculo que, no interior das relações de produção capitalista, se ergue às forças produtivas no seu desenvolvimento é a particularização das unidades de produção última, expresso no caráter particular da sua propriedade. As forças produtivas decorrem sempre de relações de produção dadas, que as determinam, e com as quais não entram em qualquer contradição".

Assim, teremos de ver a tecnologia como determinada pelas relações de produção; ela é, sempre, materialização de relações de produção dadas. Seria mesmo um contra-senso supor que a tecnologia fosse capaz de constituir o elemento básico da fundação de um novo modo de produção, se, como acabamos de examinar, é justamente o modo de produção que cria o campo de determinação em que a tecnologia se vai realizar. Assim, não há como concebê-la apenas em seus aspectos formais ou taxionômicos, como é corrente em Educação, segundo esclarece OLIVEIRA (1988) no seu trabalho sobre o conteúdo da Didática.

Como vimos, a organização do processo de trabalho no modo de produção capitalista separa, inelutavelmente, o trabalhador dos meios de trabalho; e, mais, dessa cisão se origina a camada social que vai preencher as funções do conhecimento do processo de trabalho, conceber a forma em que o traba-

lho vai ser realizado, e, enfim, exercer o controle dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores do ensino em particular. Em suma, é essa forma específica de se organizar o processo de trabalho que determina uma forma particular de se organizarem os trabalhadores, que determina uma forma de disciplina e de controle e uma forma particular de tecnologia a ser empregada.

Diante de tais considerações, algumas questões, entre outras, podem ser formuladas:

- que tipo de relações sociais deve ser implementado, para que floresçam relações solidárias entre os trabalhadores no interior do processo de trabalho?
- que tipo de tecnologia deve ser empregada, para que se obtenha uma maior ligação entre o trabalhador, o meio de trabalho e o processo de trabalho?
- que tipo de organização do processo de trabalho deve ser empregado se se tem, como objetivo central, criar as condições gerais que propiciem formas coletivas de trabalho e de decisão, e que permitam, ao mesmo tempo, a superação da divisão entre trabalho de concepção e trabalho de execução?
- enfim, que tipo de organização do processo de trabalho deve ser empregado, se se pretende criar condições em que os trabalhadores se eduquem enquanto trabalham?

Mas estas são questões, nada mais que questões...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORIAT, Benjamin. **Ciência, técnica e capital**. Madri; Hermann Blume, 1976.
- GORZ, André. Caracteres de classe de la science et des travailleurs scientifiques. **Les Temps Modernes**, Paris, n. 330, 1974.
- BERNARDO, João. **Gestores, Estados e capitalismo**. São Paulo, Ensaio, 1985.
- _____. **Marx crítico de Marx**. Porto: Apontamento, 1977. v. 3, Livro 1.
- _____. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Apontamento, 1975.
- _____. A produção de si mesmo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 9, p. 3-17, jul. 1989.
- MARX, Karl. **O Capital**. Paris: Sociales, 1971. t. 1, Livro 1. p. 182-183.
- _____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1, t. 1.
- _____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. t. 1, Livro 1.
- OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. **O conteúdo da didática: um discurso da neutralidade científica**. Belo Horizonte: PROED/UFMG, 1988.